

CONCEPÇÃO MARXISTA DE HISTÓRIA E PROCESSOS EDUCATIVOS EM MEIO A CONFLITOS SOCIAIS

MARXIST CONCEPTION OF HISTORY AND EDUCATIONAL PROCESS IN THE MIDDLE OF SOCIAL CONFLICTS



Vol.10 n° 19 jan./jun.2015
p. 181 - 193

Maria de Fátima Rodrigues Pereira¹
Anita Helena Schlesener²

RESUMO: Este estudo é expressão da concepção marxista da história. Elege como objeto a Guerra do Contestado e seus processos educativos para se contrapor às abordagens fenomênicas dos conflitos sociais e da educação. Na perspectiva apontada consideraram-se os elementos principais da chegada do capital monopolista ao Sul do Brasil com o objetivo de colonizar e extrair matérias primas para a exportação, a resistência camponesa e o acirramento da violência na crueldade da guerra, tecessem-se observações sobre a educação enquanto processo no seio da luta de classes. Intenta-se contribuir para a superação de abordagens fenomênicas da história e da educação, que se apresentam novas, mas, tão antigas quanto os estudos da economia política de Smith e Ricardo.

PALAVRAS- CHAVE: Concepções de História, produção socialmente determinada, Guerra do Contestado.

ABSTRACT: This study is an expression of the Marxist conception of history. It chooses as object the Contestado War and its educational processes to oppose the phenomenal approaches of social conflicts and education. In the pointed perspective were considered the main elements of the arrival of monopoly capital to southern Brazil in order to colonize and to extract raw materials for exporting, the peasant resistance and the intensification of violence in the cruelty of war, composes observations on the education within a process in middle of the class struggle. It intends to contribute to overcoming of phenomenal approaches to history and education, which present as new, but, are so old as the political economy studies of Smith and Ricardo.

KEYWORDS: Conceptions of History, socially determined production, Contestado War.

¹Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é professora adjunta do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, da Universidade Tuiuti do Paraná. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, Pesquisa Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, políticas educacionais, trabalho e educação.

²Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2001), com um ano de pesquisa na Università degli Studi di Milano e Fondazione Feltrinelli. Recebeu o Prêmio Jabuti em 2001. Entre os anos de 1976 a 2005 foi professora de Filosofia da UFPR. Atualmente é professora da Universidade Tuiuti do Paraná. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia, atuando, em especial, nos seguintes temas: educação, filosofia, filosofia política, Gramsci e Walter Benjamin.

Introdução

No ensejo de contribuirmos com os estudos das concepções de história e os processos educativos, ensaia-se percorrer pelo Conflito Social que foi a Guerra do Contestado conforme a abordagem materialista e dialética da história e nele inscrever os processos educativos. Desta maneira pretende-se superar visões que entendem a educação em separado dos conflitos da vida. O objetivo é, também, evidenciar que objetos e resultados das pesquisas se constituem e decorrem de diferentes concepções de conhecimento.

É relativamente consensual entre os estudiosos do marxismo que a concepção materialista dialética da história, como nova e revolucionária concepção metodológica e teórica, começou a ser elaborada com *A Ideologia Alemã*, obra produzida por Marx e Engels entre 1845 e 1846.

Essa obra refuta o ponto de partida da evolução filosófica hegeliana e denuncia seu caráter ideológico: a idealização das relações existentes, configurada tanto na perspectiva idealista que decorria da obra de Hegel quanto na elaboração de um materialismo fenomênico que se circunscrevia à mera aparência das coisas. Critica a estreiteza da visão fenomênica do homem, eternizadora da realidade existente, que não permitia a visualização do processo de transformação e a historicidade da própria realidade.

Marx registrou no Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* que *A Ideologia Alemã* foi elaborada “para salientar o contraste de nossa maneira de ver com a ideologia alemã, visando, de fato, acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito se realizou sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana” (MARX, 2008, p. 49). No mesmo texto registrou, ao fazer o memorial do seu trabalho, uma das suas melhores contribuições às ciências sociais: “as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano: essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...]” (IDEM, p.47).

Não raro e hoje frequentemente, pululam estudos fenomênicos da educação, concepção que apresenta a escola, professores, estudantes e a educação em geral de maneira isolada, por conceber o homem e a produção material independente. Ora, esta é uma abordagem antiga da economia clássica liberal, “O Caçador ou pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertencem às triviais imaginações do século 18. São robinsonadas que não expressam [...] a real condição na qual se produzem os homens e suas relações sociais” (IDEM, p.238).

É nesta perspectiva, questionando visões “robinsonadas” da vida, ou/e idealistas/religiosa da miséria real que remetem à passividade e ao conservadorismo, ainda hoje tão presentes na compreensão dos conflitos e dilemas sociais, que empreendemos explicar a educação em contexto tão duro, tão extremo de sobrevivência dos trabalhadores camponeses como foi a Guerra do Contestado.

A perspectiva que se defende e se exercita, então, neste texto é, conforme Marx, na Introdução à *Contribuição à Crítica da Economia Política*: “Como os homens produzem em sociedade, a produção de indivíduos socialmente determinada, é naturalmente, o ponto de partida” (IDEM, p. 237). Por conta desta concepção, examina-se a educação no seio desse conflito por terras e riquezas florestais que foi a Guerra do Contestado, expressa-se, assim, a Teoria Social e seu método marxista.

Trata-se então, de considerar elementos principais da chegada do capital monopolista ao Sul do Brasil com o objetivo de colonizar e extrair matérias primas para a exportação, a resistência camponesa e o acirramento da violência na crueldade da guerra e tecer observações sobre a educação enquanto processo de conhecimento da luta de classes.

Intenta-se contribuir para a superação de abordagens fenomênicas da educação. Como se constata na vida cotidiana dos trabalhadores, o capitalismo tem um caráter predatório, reforçado pela monopolização e expansão imperialista. A resistência camponesa ao avanço dos colonizadores teve um verniz religioso, mas um fundo de luta pela sobrevivência com dignidade.

A Guerra do Contestado na Perspectiva Materialista e Dialética da História

A Guerra do Contestado foi grande conflito pela terra, por riquezas florestais com a expropriação de populações camponesas subalternas, naquele processo bélico em luta por sobrevivência.

Os conflitos por terra fizeram parte da história do Brasil a partir das guerras de conquista que viabilizaram a formação da estrutura econômica baseada na concentração da propriedade privada e exploração do solo e das matas para fins de acumulação do capital. As ações autoritárias que marcaram a colonização do Brasil e a sua organização política tiveram como norma reprimir violentamente os conflitos agrários, definindo os caminhos de um capitalismo conservador, que se mantém e se reproduz voltado para o capitalismo industrial e financeiro internacional e, ao mesmo tempo, mantendo alianças políticas com oligarquias fundiárias. Identificar as contradições surgidas desse processo de construção da vida social e os elos de subordinação gerados pelas relações econômicas capitalistas torna-se um desafio.

A Guerra do Contestado aconteceu no Brasil e se estendeu por quatro longos anos, entre 1912 a 1916, em uma região de fronteira entre o então Estado de Santa Catarina (SC) e do Paraná (PR). Trata-se de um conflito armado que opôs os governos desses dois Estados entre si, e o governo da República brasileira contra populações locais, tendo como razões profundas a posse de terras e as riquezas vegetais constituídas por grandes e extensas matas de araucárias. O motivo para a disputa dessas terras por empresas estrangeiras também foi a construção de uma ferrovia, com o objetivo de colonizar a região. Tratou-se de uma guerra que impôs interesses de caráter capitalista pela posse, uso e finalidade das terras na região disputada (contestada) em relação ao que, as populações ali residentes de há muito, resistiram até serem vencidas e empurradas a se deslocarem para terras menos férteis, em encostas íngremes ou a se submeterem como trabalhadores assalariados das empresas que se instalavam na região. As terras e as florestas foram disputadas às populações que ali viviam com suas famílias para que compusessem as cadeias de acumulação dos capitais monopolistas em circulação pelo mundo e seus donos transformados em trabalhadores.

De uma perspectiva marxista, entender as contradições que fizeram parte dessa guerra camponesa implica inserir esse movimento no processo de assimilação do Brasil ao capitalismo internacional num momento de grandes transformações econômicas que caracterizam o imperialismo. Como acentua Virginia Fontes (2010, p. 12), “o imperialismo não se resume a um tipo de política, ao se disseminar ele promove – e resulta em – formatos políticos que complexificam as lutas de classes”. Para explicitar esse conflito tomamos como referência um escrito de Lenin, de 1914, com o título *A guerra e a Social-Democracia da Rússia*, a propósito do significado da guerra no contexto do capitalismo na sua fase imperialista: a expansão dos monopólios e a competição entre os países na ocupação de espaços são as causas principais da guerra, que se desdobra na corrida armamentista e na disputa por novos mercados, além dos interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas; outras motivações são a conquista de novas terras implicando subjugar nações estrangeiras, saquear as suas riquezas e desunir as massas trabalhadoras debilitando-as em suas lutas. Sua frente, que sempre foi a aliada mais fiel do tsarismo e inimiga do movimento revolucionário dos operários e dos camponeses da Rússia (LENIN, 1982, p. 559).

A preocupação de Lenin em 1914 é explicitar para as classes trabalhadoras como esta nova fase do capitalismo, marcada pela expansão monopolista, reconfigura a luta de

classes, que se torna mais complexa na medida em que um outro elemento se agrega como estratégia de dominação: os sofismas criados pela burguesia europeia em defesa de uma guerra que visa a defender apenas os seus interesses e o dos latifundiários seus aliados. Como o discurso ideológico de defesa da liberdade e da cultura mascara interesses políticos que se enraízam no modo de produção e de reprodução econômica.

À cabeça de um grupo de nações beligerantes está a burguesia alemã. Ela engana a classe operária e as massas trabalhadoras assegurando que faz a guerra para defender a pátria, a liberdade a cultura, para libertar os povos oprimidos pelo tsarismo, para destruir o tsarismo reacionário. Mas de fato é precisamente esta burguesia que rasteja diante dos junkers prussianos com Guilherme II à sua frente, que sempre foi a aliada mais fiel do tsarismo e inimiga do movimento revolucionário dos operários e dos camponeses da Rússia (LENIN, 1982, p. 559).

Essa questão, embora se refira a um contexto histórico específico e a um momento do capitalismo que parece superado a partir dos desdobramentos que este modo de produção assumiu na contemporaneidade, enuncia o conteúdo fundamental do imperialismo e abre a possibilidade de análises de outras realidades, tendo em conta a centralidade da luta de classes. No caso brasileiro, as desigualdades sociais e a exploração do trabalho nos modos mais cruéis fazem parte da nossa história e se acentuaram ao longo do século XX. Na Guerra do Contestado esse conflito se apresentou e foi documentado pelos historiadores inicialmente como um conflito de origem religiosa e messiânica; suas raízes econômicas se desvelaram no esforço popular em superar as desigualdades sociais geradas pelo sistema fundiário na reivindicação da redistribuição da terra para o cultivo dos pequenos agricultores. As condições peculiares dessa guerra camponesa se esclarecem a partir das intenções expansionistas identificadas na ação de empresas colonizadoras que se instalam na região, a partir dos esforços de incorporação do Brasil, ainda que de forma subalterna, como fornecedor de matéria-prima, no capitalismo internacional.

Lenin explicita a relação entre a fase imperialista do capitalismo e a expansão dos mecanismos de força e militarização da sociedade. Tanto a violência contida no expansionismo militar quanto a formação ideológica são traços fundamentais dessa nova realidade, desvelados mais tarde por Gramsci no conceito de hegemonia, forte instrumento de análise de mudanças estruturais principalmente porque a política hegemônica se fortalece com novos componentes ideológicos a partir da reconfiguração do Estado e das relações de poder. Tais componentes podem ser identificados no texto de Lenin *O imperialismo, fase superior do capitalismo*.

Uma das grandes contradições do processo de monopolização da economia se encontra, nesta fase, na valorização dos elementos unificadores das nações, que se expressam em políticas nacionalistas. Do mesmo modo, na medida em que se expandem as fusões, as relações são cada vez mais apresentadas como pessoais e competitivas. Essa configuração traz um conteúdo ideológico que se reforça ao longo do século XX, atuando como mistificador das relações sociais que, na sociedade capitalista, sempre se estabelece como uma relação de troca.

Esse arcabouço teórico nos permite fazer considerações sobre a guerra do Contestado como um conflito no qual o velho e o novo capitalismo se encontraram, se compuseram: de um lado, as oligarquias fundiárias; de outro as empresas/ holdings para construção do caminho de ferro e suas sucursais: companhias de colonização para comprar e venderem terras, exportar as madeiras das florestas centenárias existentes e assim transformar o caboclo, o descendente de português e paulista ali instalados, em assalariados. E os camponeses, frágeis porque subalternos, porque enlevados por ideais messiânicos, são o objeto das pilhagens, das atrocidades e das violências que toda guerra traz consigo.

A Guerra do Contestado é fenômeno complexo, uma guerra civil, uma guerra de

camponeses contra as imposições do capital monopolista, uma guerra por limites das fronteiras entre os Estados de SC e PR, uma guerra em que o governo foi contra brasileiros. Este estudo, sem desconhecer toda essa complexidade e as muitas abordagens que esse fenômeno histórico mereceu dos historiadores, fundamenta-se na visão materialista da história em contextos de expansão do capital monopolista, inserindo esse acontecimento no contexto das amplas relações de dominação que caracterizam a estrutura do modo de produção capitalista.

Chegada do capital monopolista: construção da ferrovia São Paulo Rio Grande e a recolonização das terras

Celso Furtado em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, lembra que ao final do século XIX, a Região Sul do Brasil, composta pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formava um sistema caracterizado pela economia de subsistência que encontrava “um mercado dentro do país capaz de absorver seus excedentes de produção (FURTADO, 2007, p. 209). A chegada a essa região do capital monopolista altera substancialmente esse quadro, pois, passou a integrar o Sul do Brasil às cadeias de produção e de comércio internacionais ao mesmo tempo que deslocou trabalhadores e suas famílias seja de outros continentes, nomeadamente do centro e leste da Europa para a construção da linha de trem e colonizadores dessas terras, seja dentro do próprio Brasil em um processo de recolonização.

Mas, essa integração se fez sob os interesses dos capitais excedentes dos países avançados do capitalismo cuja acumulação tinha atingido “proporções gigantescas” (LÊNIN, p. 28). É nesse contexto que a região entre Santa Catarina e Paraná, uma área de 47.880 km², limitada ao norte pelos rios Iguçu e Negro, a Oeste pelos rios Pípiriguassu ou Peperiguacú e Santo Antonio, ao sul pelo Uruguai e a leste pelos limites provisórios que se estabeleceram entre Paraná e Santa Catarina vai ser disputada. As populações camponesas há muito residentes nessa área são arrastadas para a guerra e lhes são impostas novas formas de exploração seja perdendo suas terras, seja lhes controlando seus modos de produção, ou apropriando o excedente de seu trabalho.

De acordo com o ideário messiânico das populações autóctones, essas mudanças violentas se assemelhavam aos castigos enviados pelos céus para punir males ignotos. Da perspectiva da expansão monopolista do capital, essa realidade se explica como uma decorrência da necessidade de expansão do próprio capitalismo como questão de sua sobrevivência. No dizer de Lenin,

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas (IDEM).

Nesse processo de integração à circulação do capitalismo mundial, a construção da ferrovia que ligou o Estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, atravessando a região pelo interior rico em florestas de madeiras nobres e ervatais, tornou-se crucial, bem como a construção dos ramais que a ligaram ao porto de São Francisco do Sul e Paranaguá. A estrada de ferro São Paulo Rio Grande podia ter tido seu traçado pelo caminho das tropas que desde o Rio Grande do Sul se dirigiam ao sudeste, às feiras de Sorocaba em São Paulo, para venderem seus excedentes produtivos. Preferiu-se o rumo “que cortou verticalmente as terras contestadas” (VALENTINI, p. 21) e conseqüentemente integradas e anexadas, bem como suas gentes, aos circuitos do capital internacional. A esse movimento de integração da

região aos interesses expansionistas não importaram suas populações e nem as heranças deixadas que certamente concorrem, ainda hoje, para que a região tenha baixos índices de desenvolvimento humano, herança que o capital monopolista não deixou somente no interior do Brasil, mas onde se estabeleceu como na Indonésia e na África.

Corriam os anos finais da monarquia brasileira quando o projeto da construção do caminho de ferro São Paulo Rio Grande do Sul ganhava força. No dia 9 de novembro de 1889 o governo de D. Pedro II, pelo Decreto 10.432, concedia a construção da estrada de ferro ao engenheiro João Teixeira Soares que criava a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande para o tal empreendimento. O referido Decreto detalhava o pagamento de juros no valor de 6% do "capital necessário para a construção da linha principal desde que não excedesse o máximo de 37.000:000\$000 (trinta e sete mil contos de réis); além disso, fazia cessão gratuita das terras devolutas que se encontravam ao longo das linhas, num total de 30 km para cada lado" (ESPIG). Detalhavam-se ainda "os direitos da concessão, especificações técnicas, detalhes da fiscalização, das tarifas a serem cobradas, [...] os prazos [...]. A questão da imigração recebeu destaque no Decreto Imperial (IDEM). Aliava-se construção da ferrovia, colonização e exploração das terras. No dia 14 de novembro de 1889 foi assinado o contrato, um dia depois caía a monarquia e era proclamada a República. Passado um ano daquele acontecimento, o chefe do governo provisório da República do Brasil, Deodoro da Fonseca, ratificava o contrato, pelo decreto n.305, de 7 de abril de 1890, este continha mudanças em relação ao Decreto anterior quanto ao capital garantido que agora passava a ser de 30 contos de réis por km; a concessão de terras que diminuía para metade, portanto, 15 km para cada lado da estrada de ferro e não mais 30 km, o prazo para a construção que vigorava a partir da data de renovação do contrato e as cláusulas referentes à colonização "ficam de nenhum efeito" (ESPIG). De acordo com os termos da concessão, a empresa ganhou do governo um total de 15.894 km² de terras, que deveria vender a título de colonização.

A construção da Ferrovia iniciou em 1905, em 1908 a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio foi integrada à grande holding Brazil Railway Company que já tinha marcado sua presença na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e em outras ferrovias paulistas. Esta mesma empresa havia criado a Southern Brazil Lumber & Colonization Company que em Três Barras se dedicaria à extração e industrialização da madeira da floresta de araucária da região (THOMÉ) e à venda de terras concedidas pelo governo brasileiro em troca da construção do caminho de ferro São Paulo - Rio Grande que alcançava um total de 2.248.020 hectares no Paraná e Santa Catarina.

Na leitura de Maurício Queiroz, esse trustee norte-americano, de acordo com a concessão, poderia ocupar "uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18". A sinuosidade da estrada permitiu que a apropriação se estendesse aos quatro cantos da região (QUEIROZ, 1981, p. 71). A construção, do trecho de União da Vitória a Marcelino Ramos, levou dois anos (1910-12) e se caracterizou como um processo violento de expulsão dos sertanejos que ocupavam as terras nos quinze quilômetros de cada lado da linha férrea. Expulsos os posseiros e antigos proprietários, as terras eram exploradas (retirada da matéria-prima – madeira a ser exportada) e, depois, loteadas e vendidas a colonos estrangeiros (QUEIROZ, 1981, p. 74).

Completava-se um ciclo, o capital financeiro estendia as suas redes no Contestado, pela construção da ferrovia, com garantias do governo da República do Brasil, a posse de extensas terras e florestas existentes, extração e industrialização de madeiras nobres, a fixação, assalariamento e formação de homens e mulheres no extrativismo e indústrias instaladas. O capital monopolista dispunha, então, da vida na região contestada. A ferrovia foi inaugurada em 1910. "O trecho entre os rios Iguazu e Uruguai, exatamente na área de maior

contestação, esteve a cargo da Brazil Railway Company, controlada pelo norte americano Percival Farquhar” (VALENTINI, p. 56). Em meados da segunda década do século XX, a holding do senhor Farquhar controlava cerca de metade das ferrovias brasileiras, além de sua presença na América Central como em Cuba e Guatemala, para tal mantendo relações e contratos com bancos europeus como Société General, Banco de Paris e des Pays Bas, Caisse Générale de Rapports e Dépôts de Bruxelas e banqueiros da Inglaterra. Por outro lado, os oito mil trabalhadores empregados na ferrovia e trazidos do Rio de Janeiro e de Pernambuco, leste da Europa recebiam por empreitada e tinham que comprar em armazéns mantidos pela empresa. No curso da obra ocorriam protestos e levantes contra a falta de pagamento e historiadores contam de cadáveres boiando nos rios ou abandonados nos aterros da linha férrea (QUEIROZ, 1981, p. 71).

Da perspectiva marxista, temos a exploração da força de trabalho nos limites da condição humana e um processo em que “os bancos convertem capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro”, se transformam “de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas” dos países em presença (LENIN, p. 12),

Essa concentração ampliada de capitais, que se multiplica em forma de lucro, altera as relações sociais e políticas a partir da “imposição”, formulada num consenso passivo, de um modo de pensar fragmentado, que valoriza o particular, o individual e pessoal dificultando, para as classes populares, a compreensão do conjunto de relações e de seu significado profundo.

Nesta senda, Antonio Gramsci desenvolveu a noção de hegemonia enquanto dominação econômica e política que se sustenta tendo a ideologia como prática de poder. Atuando e refletindo sobre a realidade italiana e europeia do início do século XX, Gramsci salientou o equívoco de se concentrar nas questões nacionais num momento de expansão do capitalismo e evidenciou os mecanismos de convencimento que as classes dominantes utilizam para obnubilar a visão de mundo dos subalternos. Para assegurar a estrutura de poder reforçam-se os elementos ideológicos de controle (autoridade, lei, ordem, segurança, religião). Essa situação dá uma nova dimensão para as lutas de classes que, no âmbito de tais mutações, assumem uma dimensão ideológica fundamental.

A partir dessa dimensão ideológica e cultural que permeia a política, o poder burguês tem nos subalternos o seu destinatário. Desse contexto, pode-se explicitar porque a questão messiânica se torna o ponto central nas leituras positivistas e descritivas da guerra do Contestado: não se acentua devidamente que a questão de fundo é a desigualdade social, a questão agrária no contexto do capitalismo monopolista; os camponeses são, frequentemente, descritos como fanáticos guiados por loucos e visionários de um mundo fantasmagórico. Ora, na medida em que se redimensiona a luta de classes no contexto das relações de hegemonia, a questão pedagógica assume uma nova importância, ponto que se desenvolve após apresentação dos cenários da guerra.

A Guerra: governo brasileiro em defesa do capital monopolista, resistências camponesas

Sem se desconsiderar os estudos que tem acentuado a presença e atuação de monges em torno dos quais se reuniram populações da região onde aconteceu a guerra do Contestado e suas visões de mundo messiânicas e sebastianistas, neste texto consideradas ideologias e práticas de resistências, importa considerar, neste estudo, que os governos da República brasileira, Estaduais e da União, defenderam com armas interesses da nova ordem

republicana e, nessa perspectiva, o patrimônio e interesses da Brazil Railway Company, ou seja, do capital monopolista. Manifesta-se aqui o apontado por Gramsci em relação ao nacionalismo, ideologia avocada pela burguesia quando está em causa arregimentar exércitos e consciências na defesa de seus interesses. A milícia enfrentou resistências armadas por parte dos camponeses pobres, pequenos proprietários de terras e donos de pequenas serrarias que perderam suas propriedades para as empresas de colonização que viviam com suas famílias na região contestada, unidos a trabalhadores sem emprego com o fim da construção do caminho de ferro. Uma massa humana, que se espalhou ao longo dos trilhos e que compôs um exército de resistência amalgamada por ideologias messiânicas, sebastianistas.

A guerra teve início em outubro de 1912, o trânsito na ferrovia já estava em andamento, bem como a colonização das terras ao longo dos trilhos. Foi no Irani, então pertencente ao município de Palmas ainda nos limites do Estado do Paraná, que se deu o primeiro confronto. Foi travado entre populações caboclas, deserdados das terras pela chegada das empresas colonizadoras, aos quais se juntaram os trabalhadores sem trabalho e sem salário abandonados com o fim da construção do caminho de ferro São Paulo Rio Grande; esse povo, sob a liderança do monge José Maria, enfrentou o Regimento de Segurança do Paraná, sob o comando de João Gualberto Gomes de Sá Filho.

José Maria de Castro Agostinho, milagroso curandeiro reunia em suas pregações populações sem saúde, sem trabalho, espoliadas da posse de suas terras tanto pelos coronéis que formavam suas fazendas, quanto pela colonização e titulação levadas a cabo pelas sucursais da Brazil Railway Company e outras empresas colonizadoras a quem aquela vendeu esses direitos. O monge lia aos que o seguiam, nos acampamentos que se formavam, a História do Imperador Carlos Magno e os doze Pares de França, cultuava simpatia pela monarquia: “Constitui uma guarda especial, selecionando 24 caboclos que [...] que chamou de ‘Pares de França’” (VALENTINI, p. 111). Em Tacuarucu, município de Curitiba, que visitou na festa do senhor Bom Jesus, antes da ida para o Irani, logo reuniu muita gente e deixou inquietos os coronéis locais em desavenças entre si pelo governo e controle da vida local, temia-se a proclamação de uma “monarquia celeste” em cada povoado.

Aos quadros santos, afluíram logo as pobres e as ricas gentes que tinham o mal no corpo. Ao novo acampamento do profeta chegaram supersticiosos de todas as distâncias. Pelos quarteirões do Contestado, a fama do novo monge ganhou vulto e cedo contava com defensores de pistola à cinta. Curados ou não todos eram seus adeptos decididos. A disciplina logo se fez necessária entre os elementos díspares que abarracavam em redutos: o “poder espiritual” por si só não continha as massas, e foram constituídos o comando do acampamento, o comando da forma, o comando da rede (PEIXOTO, 1916, p. 125. APUD VALENTINI, 2007, p. 111).

Nesse combate os dois líderes morreram. Em torno de José Maria acentua-se a áurea de santo. As comunidades que se vão formando em Taquarucu fazem escambo dos produtos que conseguem produzir, organizam a vida social em festas religiosas e procissões.

Vivem-se no Contestado práticas semelhantes às de Canudos (1896-1897) no sertão da Bahia. Os poderes republicanos temem essas comunidades e numa ação concertada entre os governos de SC, Paraná e da União, em 18 de fevereiro de 2014, atacam com um exército de 700 soldados já com metralhadoras e artilharia, incendiando os acampamentos cujas populações se retiram para Caraguatá, sob a liderança de Maria Rosa, menina de 15 anos que dizia receber orientações do monge morto, combatia vestida de branco com flores na cabeça e no fuzil, montada em um cavalo branco cujos arreios eram forrados de veludo, Joana D'Arc do Contestado. Entre março e maio de 2014 outros confrontos se deram. Usando táticas de guerrilha, conhecendo a região como ninguém, os resistentes do Contestado rechaçaram as tropas dos poderes constituídos. Estes resultados só fizeram com que mais gente se juntasse em Taquarucu. Urgia organizar novos

acampamentos e os suprimentos de alimentos. Dois novos redutos foram formados: Bom Sossego e São Sebastião. Em 1º setembro daquele ano lançaram um Manifesto Monarquista, a Guerra Santa foi deflagrada com ataques a fazendas para busca e confisco de suprimentos, a cidades como em Curitibaanos, a cartórios de registros de terras, serrarias da Lumber como em Calmon, a trens da Companhia.

A partir de 1914, o cenário da guerra começou a mudar. Os governos do Paraná, de Santa Catarina e da União concentram efetivos de tropas, meios bélicos: contra armas de madeira e velhos fuzis metralhadoras e aviação; contra o conhecimento do terreno importante à tática da guerrilha e ataques de surpresa, o planejamento militar.

Em 1914, o governo da república nomeou o general Carlos Frederico de Mesquita, que tinha combatido em Canudos. Esgotada tentativa de negociação, as tropas do general Mesquita atacam Caraguatá, abandonado pelos resistentes assolados por uma epidemia de tifo. Reagrupados em Santa Maria, interior do município de Calmon, recobram forças atacam Clamon, Curitibaanos e ameaçam a cidade de União da Vitória, corre boato que pretendem marchar até à capital da República, Rio de Janeiro. A partir de 2014, uma guerra de informação e de força foi implantada pelos poderes constituídos. Em manifesto, o general Setembrino de Carvalho, que assumia o comando das tropas da República prometia aos resistentes a devolução de suas terras, e castigo exemplar para quem continuasse na guerra. Cerca de 7.000 homens armados chegavam à região, montava-se um campo para pouso de aviões, o campo de Aviação de Rio Caçador, hoje município de Caçador. Durante todo o ano de 2015 os resistentes se baterem em combates cruentos.

Mas, suas forças foram-se quebrando, cercadas por norte, sul, leste e oeste, as populações dos redutos foram asfixiadas por falta de mantimentos em invernos rigorosos da região, atacadas com crueldade. Exauridos em suas forças, divididos em seus processos de resistência e famintos, os resistentes do Contestado travaram o último combate em agosto de 1916, seu último líder Deodato Manuel Ramos (chamado pelos caboclos de Adeodato), foi levado prisioneiro na cadeia da capital catarinense, Florianópolis. Condenado a trinta anos de prisão, Adeodato foi morto pelo chefe do presídio quando tentava fugir do castigo em 1923. A Guerra deixava cerca de vinte mil mortos e 9.000 casas queimadas.

Passados cem anos da Guerra do Contestado “os plantios de pinus, principal fonte de renda da atualidade no Contestado, ocuparam o espaço das matas dos pinhais, das centenárias araucárias usadas como pontos de referência dos rebeldes e seus descendentes” (FRAGA, LUDKA, p. 11). Hoje a antiga região do Contestado, para quem a sobrevoa, é uma extensa manta verde, para quem a conhece “por baixo”, uma grande extensão de pobreza. Conforme Fraga e Ludka (p.12), dos sete mil moradores de Timbó Grande, município em que ocorreu a batalha final de Santa Maria, 44,2% são pobres ou indigentes. Em Calmon, cidade de três mil habitantes, o percentual é ainda maior, 46,8%. Na capital, Florianópolis, o número de pessoas pobres e indigentes é de 7,9%. Em Timbó Grande, 39% das famílias têm renda per capita de até meio salário mínimo, segundo dados do Censo 2010. A média em Santa Catarina é de 13,21%. A desigualdade tem acompanhado o avanço da indústria de pinus no município. Desde que surgiram as plantações no território do município, no começo dos anos 1990, a disparidade entre classes aumentou. A participação dos 20% mais pobres na renda caiu de 2% em 1991 para 0,9% em 2000.

A Educação de Trabalhadores pela Lumber Company e Resistências

Em 1909, teve início “a construção das instalações do complexo industrial extrativo madeireiro de Três Barras” (VALENTINI, p.157), na margem esquerda do rio Negro, entre o rio São João e Canoinhas. Conhecida, inicialmente, por Southern Brazil Lumber Company e depois por Southern Brazil Lumber & Colonization Company, a empresa foi autorizada a

funcionar pelo Decreto n. 7.426 de 27 de maio de 1909, manteve-se em funcionamento até 1940 quando foi nacionalizada e passou a compor o Patrimônio Nacional. O contrato firmado entre o governo brasileiro e a empresa norte-americana dava a essa empresa, em troca da construção da ferrovia, o direito de ocupação e exploração de 15 km de terras a cada lado do leito da estrada. Os camponeses que ocupavam essas terras como posseiros começaram a ser expulsos, intensificando os conflitos já existentes. A Lumber, “colosso mecânico” (VALENTINI, p. 128) responsável pela implantação de serrarias, cujas máquinas vieram dos Estados Unidos, comportava cadeias extrativistas, industriais e comerciais impôs uma gestão produtiva que implicava complexa divisão de trabalho que compreendia “seções de engenho de serrar, extração de erva mate, destilaria, serviços específicos e gerais de cada seção e divisões estabelecidas” (IDEM, p. 161). Uma divisão de tarefas que iam desde o corte de toras, seu transporte, cepilhadeira, conservação, armazenamento, serviços de escritório e guarda, de direção com “muitos norte americanos capazes de levar a bom termo os trabalhos e a organização do empreendimento” (VALENTINI, p. 164). A empresa imprimiu à vida relações sociais e políticas que implicaram processos educativos de trabalhadores e suas famílias, ali se cultivaram os símbolos americanos: a bandeira americana era hasteada, festejava-se o 4 de julho dia da independência americana, escrevia-se e falava-se inglês.

Conforme Valentini (p. 167), durante a existência da Lumber, aconteceram dois grandes movimentos reivindicatórios dos trabalhadores por salários, que se expressaram em greves reivindicatórias.

No contexto descrito, a Lumber loteou terras e as vendeu, comprou e negociou com colonos, empurrando suas posses para além das terras concedidas pelo governo da República do Brasil, imprimiu à vida relações sociais e políticas que implicaram processos educativos de trabalhadores e suas famílias, não pagavam em dia os trabalhadores obrigando-os a reivindicar seus salários recebidos em guichês de duas polegadas em filas que se estendiam pelos pátios, reprimam-nos com prisões e dispensas quando reivindicavam.

A partir dessas observações, podemos dizer que se tinha um processo educativo fundado no objetivo de adaptar os trabalhadores aos interesses de exploração da terra e de expansão econômica da empresa, tornando-os trabalhadores dóceis e conformados. Da perspectiva marxista, a emancipação e autonomia dos trabalhadores exigiria outro projeto educativo. Para anunciar suas bases retomamos, em linhas gerais, o pensamento de Gramsci.

A partir desse pressuposto, entendemos que a fragilidade política das classes subalternas, gerada a partir da assimilação de uma concepção de mundo emprestada e pelo desconhecimento das formas de agir e de modificar a situação econômica e social, abre a possibilidade ao conformismo. Se um grupo social é dominante não tanto quando submete pela força armada, mas quando convence outros grupos a submeter-se ao seu direcionamento político e quando consegue que as classes dominadas assimilem o seu modo de pensar, a educação assume uma dimensão política fundamental na tarefa de inverter esse conjunto de relações (SCHLESENER).

A importância da educação para a expansão monopolista do capitalismo se percebe tanto no interesse da Lumber nos processos impressos na organização do trabalho e convivência social, quanto nas balilas italianas criadas por Mussolini ou nas escolas nazistas que prepararam soldados e cidadãos prontos a defender regimes autoritários. A educação sempre foi importante nos contextos políticos modernos e foi um instrumento dos mais consistentes para manter os trabalhadores na subalternidade

Considerações Finais

De acordo com a teoria social e método marxista a vida e seus processos educativos não podem ser vistos isolados das relações de produção da vida, ao contrário, estão, indissolavelmente, ligados às condições sociais da existência. É tão necessário perquirir os fundamentos dessa teoria, ainda em construção, porque profundamente

histórica, como a análise da história humana à luz desses princípios para que se superem abordagens que hoje hegemonomizam os estudos e práticas educativas. Afinal trata-se de contribuir para a superação do atual modo de existência.

A questão dos limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, neste texto, não é considerada com principal razão da Guerra do Contestado. O Brasil teve várias questões de limites e as resolveu, via de regra, em arbitragens de tribunais, nacionais ou estrangeiros. O pano de fundo que desencadeou a guerra foi a resistência camponesa ante os objetivos colonizadores e expropriadores dos estrangeiros em aliança com forças burguesas nacionais que, com o alibi da construção da ferrovia, apropriaram-se de grandes extensões de terra e de matéria-prima, de acordo com interesses econômicos monopolistas.

A importância dos escritos de Marx, de Engels, Lenin e Gramsci para explicitar o conjunto de relações que caracterizou a guerra do Contestado está em esclarecer, a partir das realidades russa e italiana – ambas com grande população camponesa, o modo de inserção desses povos no contexto de expansão monopolista do capital. A partir da leitura de Virginia Fontes (2010, p. 121), as diferenças entre ambos se apresentam no fato que a Itália se encontrava “em plena expansão capitalista, ainda que subalterna”; entretanto, sua “expansão colonizadora expunha novas contradições do processo de expansão do imperialismo”, fator que levou Gramsci a se dedicar “a uma série de estudos interligados visando a compreender a forma precisa da dominação capitalista nas primeiras décadas do século XX”.

Salientamos que, nessa leitura, Gramsci avançou em relação ao que Lenin colocava a respeito da ideologia, porque viu nesta o principal instrumento de consolidação da dominação capitalista nas formas de construção da hegemonia. Dessa perspectiva, a questão pedagógica se tornou de suma relevância para as classes trabalhadoras vista a dimensão que a ideologia tomou como prática de poder. Para as classes trabalhadoras no início do século XX a luta pela hegemonia implicava necessariamente fazer a sua leitura da história, a fim de identificar-se como classe e superar as formas de subalternidade acentuadas pela veiculação da ideologia.

No Contestado, entre 1912 a 1916, o capital monopolista acobertado e protegido pelos governos da recente República Brasileira impôs uma “guerra maldita” (FRAGA, LUDKA, p.13) que em nome do desenvolvimento econômico deflagrou pesadas barbáries sociais, não sem resistências, por vezes em manifestações religiosas que nos levam a parafrasear Marx (p.146) “A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real”. Concluímos reivindicando que “A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem os suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote” (IDEM).

Notas

³A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico” (LENIN, 1982, p. 632). O processo de expansão monopolista do capitalismo redefine não apenas modificações econômicas mas, com elas, transforma as relações entre os países gerando possibilidades de novas guerras por dominação territorial.

⁴A área “situa-se entre os 26o e 28o de latitude Sul e aproximadamente de 50o a 52o a oeste de Greenwich. Compreende grande parte das terras das bacias dos rios Negro, Iguazu, Pelotas e Uruguai. Os rios menores, os ribeirões, os riachos, cravam sulcos em todas as direções da rosa-dos-ventos” formando uma grande bacia hidrográfica que desagua no Estuário do Prata (QUEIROZ, 1981, p. 17).

⁵Esse tema também é abordado por Mocellim (1989, p. 20): "Para construir esta mal traçada estrada de ferro, trabalharam de quatro a oito mil homens, sob um regime duro, de semiescravidão. A companhia não efetuava o pagamento em dia, obrigava os trabalhadores a comprar mantimentos em seus armazéns, além de manter uma guarda de segurança encarregada de punir os que se rebelassem".

⁶"O Irani constituía a parte sul do Município de Palmas, sob administração paranaense, e fazia fronteira com o Rio Grande. Além dos campos ali existentes, o terreno era acidentado, coberto de matas virgens e de faxinais. Deparavam-se montanhas e vales profundos, despenhadeiros e cavernas". Os camponeses que ali moravam eram adeptos do monge José Maria, mas as terras tinham sido tomadas pelo coronel Juca Pimpão, que as utilizava para criar gado solto. O coronel conseguiu registrar as terras como sua propriedade nos cartórios do Paraná, não apenas os campos, mas toda a extensão entre os rios Xapecozinho, Jacutinga e Uruguai, formando a fazenda do Irani (QUEIROZ, 1981, p. 90-1).

⁷No período Regencial (1831-1840) foi dado esse título de coronel a grandes proprietários de terra, por ele o governo central concedia poder de manutenção da ordem pública e de gente armada para tal. "O título era 'entregue' ao chefe municipal de prestígio e a ele cabia todo poder decisório ao nível do município: econômico, político, judicial, policial. De 'fuga da moça' a crime de assassinato, o ônus da culpa, a seriedade do julgamento, ou a certeza da impunidade, tudo dependia do Coronel" (TREVISAN, 1982, p. 24.).

REFERÊNCIAS:

- ESPIG, M. J.. **A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande** (1908-1910): mão de obra e migrações. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200017&script=sci_arttext. Consulta em 23/04/2014
- FONTES, V.. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e historia**. Rio de Janeiro: EPSJ/Ed. UFRJ, 2010.
- FRAGA, N. C.; LUDKA, V. M. **100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro**. In: **Anais do XII Colóquio Internacional de Geografia**. FURTADO, C.. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAMSCI, A.. **Quaderni del Carcere**. Torino : Einaudi, 1978.
- I. LENIN, V.. **Imperialismo, Etapa superior do capitalismo**. In: <http://www.pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>. Consulta, 27/04/2014).
- LENIN, V.. A Guerra e a Social-Democracia da Rússia. In: **Obras Escolhidas**. Sao Paulo: Alfa-Omega, 1982, pp. 557-564.
- MARX, K. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MOCELLIN, R.. **Os Guerrilheiros do Contestado; Coleção lutas do nosso povo**. São Paulo. Editora do Brasil, 1989.
- QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)**. São Paulo: Ática, 1981.
- SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. (3ª. Ed.) Curitiba : Ed. UFPR, 2007.
- THOMÉ, N. **A Ferrovia do Contestado**. In:http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/img1_16.pdfHistedbr on line. Consulta em 24/04/2014. Consulta em 23/04/2014.

TREVISAN, L. **A República Velha**. São Paulo: Global, 1982.
VALENTINI, D. J. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: A instalação da Lumber e a guerra na Região do Contestado**. Porto Alegre, 2007.
Tese de doutorado em História. PUCRS.

Recebido em: 19/02/2015
Aprovado para publicação em: 09/06/2015